

TAIS BOHLKE RUTZ TAVARES

**O PROFESSOR E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Artes, ao Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Ensino e Percursos Poéticos.

Orientador: Prof. Dra. Mirela Ribeiro Meira

Pelotas, 2012

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mirela Ribeiro Meira
Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Márcia Alves da Silva.
Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Maristani Polidori Zamperetti
Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo o amor e dedicação para comigo, por terem sido a peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou.

Ao meu marido José Lucio pelo carinho, apoio e compreensão que me ofereceu em todos os momentos que precisei.

E por fim a minha Orientadora Mirela, por ter me incentivado e auxiliado para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus por ter me dado forças, iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida; sem ele nada seria possível.

Aos meus pais Valdir e Neli, por todo apoio que sempre me ofereceram, orgulho-me muito deles, pois embora não tenham tido a mesma oportunidade que eu de seguir seus estudos, nunca mediram esforços para oferecer a mim e a meu irmão a oportunidade de uma educação de qualidade, me ensinando que não importa o tamanho do desafio que nos é proposto, com amor e dedicação nada é impossível.

Ao meu marido José Lucio, agradeço por sua compreensão nos momentos em que priorizei meus estudos, sem seu apoio e amor não teria conseguido chegar até aqui. Agradeço também a minha família de um modo geral, pois cada um contribuiu em algum momento durante esta etapa de minha vida.

Aos amigos que fiz durante a especialização, pela verdadeira amizade que construímos em particular aqueles que estavam sempre ao meu lado, por todos os momentos que passamos durante esse período, a todos meu especial agradecimento. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa.

Ao minha orientadora, professora Mirela Meira, pelos ensinamentos e dedicação dispensados no auxílio a concretização dessa monografia; incentivando-me e não permitindo em nenhum momento que desistisse de meus sonhos. Agradeço também a todos os professores que contribuíram para meu aperfeiçoamento, obrigado pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de uma forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para o aperfeiçoamento de minha formação profissional.

A todos estes, meu eterno AGRADECIMENTO.

GAIOLAS E ASAS.

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo.

Pássaros engaiolados são pássaros sob controle.

Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.

Pássaros engaiolados sempre têm um dono.

Deixaram de ser pássaros.

Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.

O que elas amam são os pássaros em voo.

Existem para dar aos pássaros coragem para voar.

Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros.

O voo não pode ser ensinado.

Só pode ser encorajado.

Rubens Alves

(Folha de S. Paulo, Tendências e debates, 05/12/2001)

Resumo

TAVARES, Tais B.Rutz. **O professor e a importância do ensino de arte no contexto da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2012. 52 f. Monografia – Programa de Pós Graduação - Especialização em Ensino e Percursos Poéticos. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta monografia adota uma perspectiva de que a educação inclusiva é um processo em construção, não existindo um conceito acabado do que viria a ser uma sociedade e uma escola inclusiva ideal. De fato, existem pessoas comprometidas com a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino e estão trabalhando para que ela aconteça. Nesse sentido, o presente estudo dirigiu seu olhar para os entraves enfrentados e experienciados pelos professores de arte da rede pública e regular de Pelotas, apresentando a importância do ensino de arte neste processo. A pesquisa é qualitativa do tipo estudo de caso, contando como instrumentos questionários aplicados a três professoras da rede citada, contendo questões subjetivas. Esperasse com a conclusão deste trabalho que o mesmo auxilie professores e interessados pelo assunto, identificando quais são os principais entraves enfrentados pelo professor na sala de aula regular, a fim de lançar luz a questionamentos frequentes que se referem à educação inclusiva de alunos com necessidades especiais.

Palavras Chave: Educação Especial. Ensino de Arte. Padrões de Normalidade. Professor de arte. Escola inclusiva.

Abstract

TAVARES, Tais B.Rutz. The teacher and the importance of arts education in the context of inclusive education of students with special educational needs.
2012. 52 f. Monograph – Graduate program Education and Specialization Courses
Poetic. Federal University of Pelotas, Pelotas.

This this monograph adopts a perspective that inclusive education is an ongoing process, and there is just a concept of what would be a society and an inclusive school ideal. In fact, there are people committed to the inclusion of students with special needs in the regular school system and are working to make it happen. In this sense, the present study directed his gaze to the obstacles faced by teachers and experienced art network and publishes regular Pelotas, showing the importance of arts education in this process. The research is qualitative case study, counting instruments like questionnaires to three teachers from the aforementioned, containing subjective questions. Expected with the completion of this work that it assists teachers and interested in the subject, identifying what are the main barriers faced by teacher in the regular classroom in order to shed light on questions frequently referred to inclusive education of students with special needs.

Keywords: Special Education. Art Education. Patterns of Normality. Art Teacher.
Inclusive School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cena do Filme de “L’enfant sauvage” 1970, dirigido por François Truffaut.	21
Figura 2	Cena do Filme de “L’enfant sauvage” 1970, dirigido por François Truffaut.	24

SUMÁRIO

01. Iniciando	10
02. Um estrangeiro em sua própria terra: O Anormal	14
03. O que torna um ser, um humano?	21
04. A importância do ensino de arte para a construção de uma escola para a diversidade	26
05. Algumas Chaves	32
06. Da teoria a prática	36
07. Considerações finais	44
08. Referencias	48
09. Anexos	51

INICIANDO

Discutir o papel do professor de Artes Visuais no sistema atual de ensino brasileiro é de grande relevância, principalmente quando o enfoque é a Educação Inclusiva¹. Os presentes acontecimentos e discussões sobre este assunto vêm demonstrando que há um distanciamento acentuado entre as esferas governamentais no campo das políticas educativas e o campo de atuação destes educadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais n.9.394/96, no que se refere à educação especial (Art.58), adota como alternativa que a educação especial deva ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo, sempre que necessário, o apoio especializado, este apoio compõe-se de professores com formação na área².

Sendo assim, surge o seguinte questionamento: se é proposto em lei que o aluno com Necessidades Educativas Especiais³ (NEE)⁴ deve ser inserido na rede pública de ensino, o quanto a escola e professores estão devidamente preparados para recebê-lo?

Ao contrário de muitos países que estão à frente do Brasil no que se refere à Educação Inclusiva de Alunos com NEE, a vontade de inseri-los na rede formal de ensino partiu inicialmente da comunidade e das escolas envolvidas, para depois se institucionalizar em lei. No Brasil, esta situação aconteceu de forma inversa, primeiro se gerou a lei, para que através dela, as escolas tivessem que adotar este novo sistema de ensino.

¹O movimento de inclusão teve início na década de 1990, seu foco era mais na escola do que na sala de aula. A “educação inclusiva” pressupõe a colocação de todos os estudantes como membros de uma classe comum. (BARROS & CAIADO, 2007, pg.178)

² De um modo geral a formação se refere à formação oferecida pelo município ou, aperfeiçoamento ou especialização na área da educação especial.

³ De acordo com SASSAKI, 1999, a palavra “educativa” significa algo que educa. Ora, necessidades não educam; elas são educacionais, ou seja, concernentes à educação. O termo *necessidades educacionais especiais* foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução nº 2, de 11-9-01, com base no Parecer nº 17/2001, homologado em 15-8-01). Toda via optou-se pelo termo “educativo” por ser a terminologia adorada por SELAU (2007, pg.9).

⁴ Quando se fizer referência à criança com necessidade educativa especial, utilizar-se-á NEE, para agilizar a leitura. (SELAU, 2007, pág., 9)

A particularidade da experiência brasileira da integração ou inclusão escolar reside no fato de que sua história não se assentou sobre a iniciativa de pais, familiares e escolas, porém foi articulada por estudiosos da área e técnicos de secretarias. Em vez de se constituir como um movimento gradativo de dedicações conjuntas entre pais e educadores, com imediata reversão em ações de implementação e adaptação das escolas e dos professores na direção do projeto inclusivo, ocorreu um movimento deslocado das bases para o topo. (BEYER, 2010, Pg.8)

Não se pode generalizar a afirmação de que não é de interesse das escolas brasileiras adotarem esta nova forma de ensino, mas se levarmos em consideração que nosso país possui um vasto histórico de exclusão social e discriminação de diversos grupos, entre eles as pessoas com necessidades especiais, talvez se não houvesse certa pressão institucional, as escolas continuariam acomodadas, sem se preocuparem com o desafio de conceber uma escola inclusiva. Além destas circunstâncias, para que a escola pudesse oferecer uma educação qualidade para todos, precisaria de mais preparos tanto físicos como profissionais, teria que se pensar em toda uma reestruturação do ensino, para então sim ser capaz de atender as diversidades educacionais de seus alunos.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (JONTIEM, 1993, p.7)

Ao nos depararmos com esta situação que envolve não só a sala de aula onde estas crianças com NEE devem ser inseridas, mas todo um sistema educacional vigente no país nos é apresentada uma série de entraves, sejam eles estruturais, físicos, simbólicos como profissionais. Entre eles, a precariedade com que a maioria das escolas pública se encontra e a existente carência de formação de professores mais preparados para atender estes alunos.

No atual contexto escolar, observamos que não basta somente que tenhamos uma proposta de inclusão e arquitetura adequada, é preciso também que as pessoas que estão envolvidas neste processo estejam dispostas a fazer com que este movimento de certo, é preciso que haja uma consciência política neste sentido.

Segundo Santos (2007, pg.3), quando Foucault discorre sobre os normais e anormais em seus cursos no *Collège de France*, ele chama de “consciência prática”, a consciência social e normativa que se dá em termos da escolha de um grupo que separa o domínio da razão e o domínio da loucura, sendo que este último pertence àqueles que transgridem, de alguma forma, as normas sociais estabelecidas.

Menciono Foucault neste momento porque, tanto na escola como fora dela, estamos, de uma maneira geral, envoltos por esta chamada “consciência prática”. Vivemos regidos por uma sociedade que julga quem somos, como devemos agir e viver, nos impondo padrões, os que se desviam destes padrões são considerados *anormais*.

É necessária a compreensão de que estes tipos de classificações que determinam se uma pessoa é considerada normal ou não, é desenvolvida por um determinado grupo social vigente, podendo, assim, ser variável. Acrescentamos que esta consciência, além de política, deve ser também ética - de transformação de valores - e estética - de transformação das sensibilidades para uma nova concepção e abordagem.

O professor possui um papel de destaque neste sentido, pois em parte, depende dele o sucesso da inclusão. Sua dedicação, preparo e desejo são fundamentais, pois sabe-se que seu cotidiano dentro de sala de aula irá ser totalmente modificado para que possa atender a alunos com NEE, e na maioria das vezes, este professor não recebe nenhum tipo de preparo especializado para recebê-los. Como pode então o professor desenvolver mecanismos e estratégias para desenvolver aulas que contemplem as diversidades de seus alunos de um modo geral?

Deparo-me assim com o questionamento que move o meu interesse por esta pesquisa: Como o professor de artes se vê diante desta nova realidade do ensino público brasileiro? O que nos remete a refletir também se existe a conscientização da parte do professor do seu papel e da disciplina de Arte no processo de inclusão.

Atualmente sou professora de artes na rede municipal de ensino na cidade de Pelotas, e desde a minha graduação me interesso pelo assunto em questão. Ainda não tive a oportunidade de trabalhar com aluno com necessidades especiais em minhas aulas, mas acredito ser de extrema importância, levarmos adiante este

assunto, visto que nós professores não fomos preparados para atuar nestas circunstâncias, mas da mesma forma não devemos nos exonerar da responsabilidade de aderir a este movimento, buscando recursos e informações, para que possamos trabalhar da melhor forma possível neste contexto.

Esta investigação tem como objetivo analisar questionamentos pertinentes à educação inclusiva, como a diversidade em sala de aula, os conceitos sobre normalidade, o papel da escola, além de analisar o impacto gerado no cotidiano escolar do professor de artes no tocante a inserção de alunos com NEE nas salas de aula regulares, levando em consideração seu parecer sobre o assunto. Estas investigações são necessárias para buscar soluções e lançar algum esclarecimento no que diz respeito à Educação Inclusiva, que ainda hoje se encontra carente de operacionalização frente à nova situação educacional em vigor.

Acredito que a busca por respostas a estes questionamentos não sejam somente de meu interesse, mas também de uma coletividade de docentes, interessados na reformulação do ensino especificamente em relação à inclusão. Existe uma grande barreira a se transpor, pois este novo ambiente escolar inclusivo modifica toda a rotina pedagógica que se conhece.

Para dar andamento à investigação, apresento uma abordagem qualitativa, visto o caráter analítico e específico da investigação, que a caracteriza como um Estudo de Caso. Nele, realizo um levantamento bibliográfico sobre o assunto, norteando-me em referenciais que apresentem reflexões e conceitos que possam contribuir para a inclusão escolar. Foram elaborados questionários por escrito, enviados a três professoras da rede pública e municipal de ensino da cidade de Pelotas, RS, que estivessem trabalhando, ou já tenham trabalhado com crianças com Necessidades Educacionais Especiais em salas de aula regulares e públicas em Pelotas, a fim de apresentar suas experiências e estratégias de seu cotidiano escolar.

Os questionários constaram de uma parte inicial contendo os dados do professor, como nome, idade, naturalidade, tempo de docência e trajetória escolar, seguida de informações sobre suas formações e preparo para trabalhar com esses alunos. Logo, inquiriu-se sobre suas práticas pedagógicas, número de alunos, subsídios, materiais e estratégias de ensino. Levantou-se suas opiniões em relação à inserção de alunos com NEE em sala de aulas regulares, se gostam de trabalhar

com eles e que citassem experiências significativas e se estas experiências trouxeram algum sentido para o trabalho docente ou a vida pessoal.

Estas informações foram importantes para consolidar os objetivos da pesquisa, que apresenta como objetivo geral investigar o papel e a importância do professor e das artes na inserção destes alunos na rede regular de ensino, questionamentos pertinentes às suas práticas pedagógicas de educação inclusiva.

Como objetivos específicos, discutir concepções como *diversidade* e *sociedade disciplinar*, normal /anormal, averiguar se existe uma preparação para receber alunos com NEE nas escolas, analisar as maiores dificuldades e soluções encontradas pelos professores de arte quando se deparam com esta situação, e ainda, neste contexto, identificar o papel e a importância da arte na inclusão destes alunos. Enfim, essas análises são necessárias para que a escola que queremos seja um ambiente receptivo a diversidade de seus alunos.

UM ESTRANGEIRO EM SUA PRÓPRIA TERRA: O ANORMAL

De acordo com Castro (2011, pg.298), sociedade é todo o grupo humano que possui entre suas características: “(...) territorialidade; recrutamento principalmente por reprodução sexual de seus membros; organização institucional relativamente autossuficiente e capaz de persistir para além do período de vida de um indivíduo e distintividade cultural”.

Assim, a sociedade que conhecemos é uma constituição humana, onde aqueles que pertencem a ela adotam e definem seus padrões, ou normas, para delimitar o que seria considerado um padrão de comportamento aceitável dentro daquela sociedade. Todo aquele comportamento que se desvia destes padrões ou normas seria considerado por este grupo como “anormal”, embora conceitos como o de *normalidade* possam variar conforme a região e a época vivida. Este é o tipo de sociedade que é definida por Foucault como *sociedade disciplinar*.

Segundo Foucault (apud MAUCHAIL, 2004, pg.61), a sociedade disciplinar surge no final do século XVIII, caracterizando-se, principalmente, como um modo de

organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta através da *disciplina*.

Pode-se analisar ainda que este modelo de sociedade se subdivide em dois grupos disciplinares. De um lado, encontramos a “disciplina-bloco”, a instituição fechada, estabelecida à margem da sociedade e voltada a funções negativas como “fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo”. Esta forma parece descrever as escolas criadas para tratamento dos “deficientes mentais”, isolando-os da sociedade mais ampla. No outro extremo, como *panoptismo*, temos a “disciplina-mecanismos”, ou seja, “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (FOUCAULT, 1997, p.173).

A sociedade disciplinar é este movimento que vai de um projeto ao outro, indo da disciplina de exceção à vigilância generalizada, repousando sobre uma transformação histórica que gerou a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina e sua multiplicação através de todo o corpo social. A ela coube à tarefa de organizar os grandes meios de confinamento, onde o indivíduo não cessava de passar de um espaço fechado ao outro, fosse este família, escola, fábrica, universidade, prisão ou hospital, e ainda, as “escolas especiais”.

A pretexto de “cuidar”, o interior dos prédios de instituições deste tipo passaram a ser construídos para permitir o controle interno e segregar seus internos. Eles refletem a característica essencial da sociedade disciplinar de distribuir indivíduos em espaços individualizados, classificatórios, combinatórios, isolados, hierarquizados, capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles exige. Estabelece uma sujeição do indivíduo ao tempo para produzir com o máximo de rapidez e eficácia. A *vigilância* também se expressa como um dos seus instrumentos de controle, de maneira contínua, perpetua e permanente.

Foucault afirma, todavia, que as instituições em si não têm essência ou inferioridade, nem são fontes de poder. São mecanismos operatórios práticos que fixam relações. Têm necessariamente pólos: aparelhos e regras. O pólo negativo compreende a tática do poder em sujeitar e reprimir, e o positivo, em mobilizar forças que constituem o poder. Quanto mais poder conseguir produzir, mais deverá sujeitar e administrar.

Foucault (1997), ainda revela em seus textos que a normalidade está estritamente ligada ao conceito de poder, sendo assim, a sociedade impõe padrões *normativos* como uma forma de dominação, onde de certa forma excluem do seu círculo todos aqueles que não se encaixam em suas normas, classificando-os, assim, como *anormais*. Baseando-nos nesta lógica vemos que os critérios de padronização social além de serem determinados pela ordem física ou biológica, podem também ser de ordem política.

Segundo Santos (2007, p.3), Foucault retira a ideia de norma e de normalização do seio dos saberes ligados às práticas da psiquiatria do final do século XVIII e início do século XIX, mas estes podem ser estendidos aos mais diversos campos do saber. O poder psiquiátrico e, portanto de todo o aparato legitimador da exclusão como diagnósticos, doenças receitas, laudos, pareceres técnicos etc., antes de ser uma cura, seria uma certa maneira de administrar, um regime, uma tentativa de subjugar cuja melhor palavra para defini-lo seria “direção”.

Ao falar sobre as relações entre sociedade e normalidade, adentramos em um território que faz parte do que compõe o cerne da estrutura que chamamos de sociedade. É necessário que se faça entender o que se conceitua como normal e o que se entende por norma e normatividade, para melhor compreensão do texto.

Para Coseriu (apud LEITE, 1999, pg.110-111), norma é “sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade” da mesma forma que Leite acrescenta em seu texto que a norma é o “uso individual difundido e adotado em vários ambientes geográfico-sociais.” E define o normativo como “um ideal definido pelos julgamentos de valor e pela presença de um elemento de reflexão consciente por parte das pessoas integrantes de uma sociedade.”, e o normal “define-se pela frequência dos comportamentos observáveis dos sujeitos integrantes de um grupo social”.

Adentrando no território clínico, vários autores adotavam antigamente terminologias como: *anormais, idiotas, imbecis* etc. para classificar aquelas pessoas que não se encaixavam aos padrões normativos delimitados por eles. Estas são terminações taxativas, que as condenavam a uma condição excludente e segregadora, que os distanciava da participação no convívio social, e até hoje os mesmos ainda sofrem as sequelas deste período de discriminação.

Entende-se que a deficiência centrada em um aspecto individual por si só não se constituiria em um problema, porém, estando ela atrelada ao contexto social, que desconsidera os sujeitos reais e cria exigências baseadas em um padrão ideal de aluno, passa ai sim, a constituir um problema, já que aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos como normais, por uma sociedade que tende a buscar a normalização, homogeneizando os sujeitos, acabam sendo estigmatizados.(EIDELWEIN, 2008, pg.50)

Questiono-me sobre os critérios adotados e determinados que classificavam as pessoas como normais ou anormais. Até que ponto esses padrões de normatização definidos pela sociedade são válidos?

Em um mundo como o que vivemos, a diversidade se apresenta em todos os sentidos, e muitas vezes o que em uma região e cultura é visto como anormal, em outra região e cultura pode ser perfeitamente aceitável e normal. Esta conceptualização de normalidade depende de vários fatores: culturais, sociais, econômicos... , segundo Foucault (apud MACHADO, 2005, pg.63) “... os anormais, no limite, são todos os outros que não são eu. [...] Do mesmo modo, cada um de vocês se considera normal, enquanto para vocês o anormal sou eu e assim por diante.”, isso ocorre porque o ser humano tem por instinto julgar e aproximar o próximo, diante os seus parâmetros de normalidade, critérios por ele determinados.

Complementando as definições de normalidade que Foucault apresenta, Ricardo Ceccim (2004, pg.17-18), assinala que ser *anormal* faz a pessoa com necessidades especiais “‘estrangeira em sua própria terra’ (como nas palavras de Porter, 1991, pg.162) olhada como anormal, devendo ser corrigida pelo cárcere, pela psiquiatria, pela reeducação e excluída de produzir cultura”, o autor completa dizendo que: “Chamamos ao outro de diferente; assim somos normais. Para continuarmos normais não podemos abrir contatos que engendrem estados inéditos, novidade ou transmutações em nossa envergadura moral”, em uma sociedade que só aceita o “normal”, aquele que corresponde a suas exigências, nesta estrutura social não existe espaço para o diferente, no caso a pessoa com necessidades especiais.

Uma sociedade que se ocupa incessavelmente em distribuir os conjuntos de indivíduos (populações) segundo critérios minuciosos para, sempre que possível, trazer os que estão mais distantes do que se convencionou chamar de normal – os monstros, os incorrigíveis, os cegos, os surdos, os

sindrômicos, etc. – para mais perto desse normal. (MACHADO, 2005, Pg.63)

Vistas as circunstâncias acima, até que ponto se pode classificar os padrões do que conceitua como normal? Estas determinações são geradas por uma sociedade que almeja determinar parâmetros de homogeneização dentro de grupos heterogêneos, ao invés de aprender a conviver com as diversidades, que parece um campo mais rico e construtivo para o crescimento humano. Seria algo como, ao invés de considerá-los *anormais*, entender que eles podem ser “desnormais”⁵.

A exclusão social de pessoas com necessidades especiais ou até mesmo aqueles que não se adequavam aos padrões sociais, é uma prática de raízes antigas, segundo Beyer (2007, pg.15): “Em Esparta, por exemplo, crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram avaliadas como “sub-humanas”, o que legitimava sua eliminação ou abandono.” E esta prática se perpetua na Roma antiga onde “tem-se um exemplo das políticas da exclusão que a história assinala face ao “diferente”, onde as crianças assim consideradas eram atiradas aos rios, dita esta como uma prática social reguladora.”

Se antes excluir pessoas com necessidades especiais do convívio social era um hábito social considerado comum, hoje esta prática ainda existe, só que se apresenta de outras formas. Podemos não jogar aqueles que consideramos anormais⁶ em rios, mas muitas vezes os excluímos do convívio em sociedade, taxando-os como incapazes de realizar atividades realizadas pelos demais. Os julgamos a uma condição de fracasso, mesmo antes de conhecê-los, e saber o que podem ou não fazer.

É comum ouvir pessoas dizendo que “O ser humano é uma caixinha de surpresas!”, sendo assim não podemos julgar alguém por suas limitações, mas sim por aquilo que pode fazer, não importa se eles possuem alguma deficiência ou dificuldade, pois muitas vezes eles podem nos surpreendem, compensando sua limitação por sua superação.

⁵ Termo utilizado por um frequentador das Oficinas de Criação Coletiva de Bagé, RS, quando inquirido sobre sua condição: “não sou louco, mas também não sou normal, eu sou um desnormal”. Ver: MEIRA, Mirela, 2001.

⁶ Refiro-me aqui como anormais aqueles que não se encaixavam nos padrões normativos determinados pela sociedade - no caso os alunos com NEE.

Julgar as pessoas com necessidades especiais a uma condição de fracasso, mesmo antes de conhecê-los, não nasceu por acaso, faz parte de um modelo que Skliar (2004, p.14) denomina de clínico-terapêutico:

Por modelo clínico-terapêutico considero toda a opinião e toda a prática que antepõe valores e determinações a cerca do tipo e nível de deficiência acima da ideia de construção do sujeito como pessoa integral, com sua deficiência específica. (SKLIAR, 2004, pg.14)

O paradigma⁷, segundo ele, que corresponde a este pensamento, também é apresentado por Beyer, e chamado por ele de Clínico-Médico:

Realça as categorias clínicas ou médicas em detrimento das pedagógicas. [...] Wellendorf (apud Bleidick, 1981, p.255) ironiza, ao afirmar que a pessoa com deficiência terá uma “carreira clínica”. A metáfora é clara e ilustra como os espaços sociais subestimam as potencialidades das pessoas com deficiência. Socialmente predominam representações que fazem circular quadros normativos sobre os déficits e desvios dessas pessoas. Predominam as imposições sociais homogêneas ditadas pelos grupos que se consideram balizadores dos critérios de normalidade. Buscando, assim, através de medidas terapêuticas, a “correção” dos desvios através de processos de compensação, que tem como função aproximar essas pessoas dos parâmetros de “normalidade”. (BEYER, 2010, pg.17)

Além de se trabalhar com as potencialidades positivas das pessoas com necessidades especiais, são sinalizadas as suas dificuldades, devido a uma sociedade que determina e impõe critérios, que consideram como parâmetros para o que chamam de normalidade, os quais devem ser seguidos por seus membros, e aos que não podem se encaixar em tais parâmetros, são excluídos e encaminhados para tratamento terapêutico, afim de que se aproximem o máximo possível dos parâmetros sociais impostos.

O papel que desempenha uma deficiência no começo da vida de um sujeito não é de ser o centro inevitável de seu partir de sua deficiência, mas a partir daquilo que para ela resulta ser um equivalente funcional. Tudo isso seria certo se, desde já, o modelo clínico – terapêutico, não se obstinasse tanto

⁷Segundo Thomas Kuhn (1962) paradigma é um conjunto de ideias compartilhadas e defendidas por uma comunidade científica. De acordo com Karl Popper (1978) entretanto, não há premissa ou corpo teórico na ciência que não possa (e, também não deva) ser contestada. Assim como os paradigmas são em determinado momento emergentes e após, consolidados, também passam por fase de contestação e eventual fragilização. (BEYER, 2010, pg.16)

em lutar contra a deficiência, o que implica, em geral, originar consequências sociais ainda maiores. Reeducação ou compensação, essa é a questão. Obstinar-se contra o déficit, esse é o erro. (SKLIAR, 1997, pg.8)

A *deficiência* não deve ser interpretada como a condenação de quem a tem ao fracasso e a estagnação, mas deve-se incentivar a pessoa, desenvolvendo qualidades como a motivação para a superação. E isso deve ser considerado principalmente no âmbito escolar, pois o professor deve enxergar além da deficiência do aluno, ao invés de se preocupar com suas limitações e com aquilo que seu aluno não consegue fazer, deve buscar valorizar o que o aluno conseguiu desenvolver e evoluir dentro do que lhe é proposto.

Saber reconhecer o esforço do aluno NEE em sala de aula, compreender que muitas vezes o que parece uma simples atividade para os demais, para este aluno especial pode representar um significativo avanço e uma conquista muito mais significativa. Só pelo simples fato deste aluno estar inserido e se relacionar positivamente com diferentes colegas com ou sem necessidades especiais, já é um grande avanço para o sucesso da educação inclusiva.

Não devemos subestimar uma criança por sua limitação, muitas vezes somos surpreendidos com sua força de vontade e a criatividade, devemos ter cuidado com os “pré-julgamentos”, pois em vez de incentivarmos e impulsionarmos o aluno com NEE para o progresso, o condenamos e limitamos cada vez mais, através de nossas avaliações pessimistas e engessadas.

Como já havia comentado anteriormente em meu artigo de conclusão de curso em 2010, no mundo em que vivemos, a sociedade moderna é dominada por sua racionalidade, deixando-se cada vez mais de lado as relações afetivas e um distanciamento da sensibilidade, que muitas vezes é posta em segundo plano. A perda desta sensibilidade nos distancia e isola cada vez mais uns dos outros, do convívio em sociedade, embrutecendo-se as relações sensíveis e os sentidos, segundo Duarte Jr. (2010).

Neste sentido, devemos buscar resgatar e trabalhar no afloramento e qualificação da sensibilidade no ser humano, conduzindo a humanização do mesmo, e isso pode ser de grande valia no que tange a Educação de crianças com necessidades educacionais especiais.

O QUE TORNA UM SER, UM HUMANO?

Este capítulo é dedicado a um acontecimento de grande relevância para a história da educação de alunos com necessidades especiais.

Jean Itard⁸, buscando transpor as barreiras impostas por laudos de médicos psiquiatras conceituados de sua época - que vetavam a consideração de ser possível educar um menino que aparentemente apresentava limitações mentais- decide aceitar a tarefa de educá-lo mesmo assim, baseado na crença que o mesmo seria possível.



Fig.01: Cena do Filme de "L'enfant sauvage" 1970, dirigido por François Truffaut. Fonte: Gonçalves; Peixoto, 2001, p.9.

Considerando as narrações de Silva (2010) e de Gonçalves & Peixoto (2001), em meados do século XIX, em Aveyron no sul da França, foi encontrado em uma floresta por moradores das redondezas, um menino que aparentava ter aproximadamente doze anos de idade, desnudo com um comportamento totalmente selvagem, não apresentando domínio algum da linguagem ou comportamento civilizado, o qual muitos classificavam na época como um jovem encontrado em estado "natural".

⁸ Médico francês, (1774-1838), dirigiu a Instituição Imperial de Surdos-Mudos, ficou muito famoso pelo trabalho que desenvolveu com a reeducação de uma criança selvagem encontrada em Aveyron. Em sua opinião, o atraso que essa criança apresentava tinha origem, não em fatores de ordem biológica, genética, mas por não ter estado integrada na sociedade humana. Os relatos que ele faz dos progressos obtidos pela criança no processo de reeducação constituem, ainda hoje, um testemunho precioso. Disponível em Infopédia. Porto Editora, 2003-2012. [http://www.infopedia.pt/\\$jean-itard](http://www.infopedia.pt/$jean-itard). Acesso em 03.07.2012, 19:00h

Rapidamente sua história repercutiu por toda a França, e o menino foi encaminhado para Paris, pois seu caso chamava a atenção de muitos estudiosos. Foi diagnosticado pelo famoso médico psiquiatra Dr. Phillippe Pinel⁹, como com danos mentais irreversíveis, não podendo ser educável. Porém Jean Marc Gaspard Itard, discípulo de Pinel, não estava de acordo com o diagnóstico de seu mestre e movido talvez por sua curiosidade ou até mesmo por promoção pessoal, solicitou a guarda do menino, com convicção na crença de que poderia educá-lo e torná-lo um membro integrante da sociedade.

Segundo Ferranti (2001, p.01), Itard, influenciado pelas correntes iluministas da época, baseava-se em um questionamento importante que movia sua pesquisa com o menino selvagem: “o que torna um ser, um humano?”. Para responder a este questionamento, o médico Jean Itard caminhava contra “uma doutrina mecânica para explicar as ‘doenças do entendimento’, considerações filosóficas que, somadas à medicina, poderiam prestar-se a uma nova compreensão do ‘desenvolvimento físico e moral’”, Itard acreditava que os hábitos selvagens iniciais do menino e sua aparente deficiência mental eram apenas um reflexo do resultado de uma vida afastada de seus semelhantes e da civilização.

Com o apoio financeiro do governo Frances, iniciou suas pesquisas com o menino selvagem, contratou uma governanta, Sra. Guérin, para auxiliá-lo a cuidar do menino, por ele chamado de Victor. Após longos anos tentando fazer com que Victor fosse educado e assim agisse como um membro da sociedade, o menino continuou sendo um menino selvagem, e, embora compreendesse algumas palavras, não conseguia desenvolver um discurso. Infelizmente, depois de sete anos, Itard se viu frustrado, pois os avanços de Victor não correspondiam a aquilo que o ele esperava, e acabou abandonando o menino e suas pesquisas com o mesmo.

Em 1970, François Truffaut¹⁰ estreia nas telas do cinema Francês sua versão sobre o caso do menino selvagem. O diretor, que também atuou no filme como o Dr. Itard, procurou enfatizar as relações formadas entre aluno e professor, mostrando as dificuldades e as tentativas de integrar Victor à sociedade. Embora Truffaut apresentasse em seu filme uma versão mais romantizada e um final

⁹ Philippe Pinel (1745-1826), um dos primeiros que reformaram a assistência psiquiátrica no Mundo e célebre nosógrafo das doenças mentais. (GONÇALVES; PEIXOTO, 2001)

¹⁰ Título original do filme “L’enfant sauvage” de 1970, dirigido por François Truffaut. (GONÇALVES; PEIXOTO, 2001)

inacabado, deixando subentendido ao expectador que apesar das dificuldades de aprendizagem, o menino Victor possuía grandes expectativas de progresso, dando a entender que futuramente, com a persistência de Itard, se tornaria um ser humano sociável, e adepto aos padrões comportamentais socialmente aceitáveis da época, o que não ocorreu realmente.

Victor, o selvagem de Aveyron,

Apreendeu também a desenvolver afetividade, o que foi considerado um grande progresso. Tornou-se sensível às temperaturas extremas, espirrou pela primeira vez assim como chorou. À medida que esta afetividade se foi desenvolvendo entre o menino, o Dr. Itard e a Mme. Guérin, a aprendizagem vai se tornando mais fácil (note-se que os fatores psicológicos são bastante influenciáveis). Por último, como já foi referido, os fatores socioculturais também influenciam as nossas ações, pois, ao estarmos inseridos numa sociedade, as nossas ações e comportamentos são influenciados por ela, como se verificou com a socialização do menino selvagem, que teve de se sujeitar a regras e a deveres morais. (ALCÁRIAS, 2006, pg.4)

O fato de ter trazido para este texto a historia de Victor foi por ser uma das primeiras vezes que se têm registros significativos sobre processos de ensino para uma pessoa com necessidades especiais. Segundo Smith (apud SILVA, 2010, p.19), embora Itard não tenha considerado de forma positiva seus grandes esforços com Victor, “seu trabalho semeou uma nova era para crianças com deficiência: anunciou o principio de um período positivo quando se pensou que a educação era uma resposta aos problemas associados a deficiência.

Santiago (2005, p.58) afirma que Itard “abre a via da reeducação de crianças alienadas numa perspectiva pedagógica e de tratamento moral. Esse não é um fato sem importância, pois, pela primeira vez, uma educação é erigida ao nível de função terapêutica”, da mesma forma que “A consequência de seu trabalho é a consolidação da prática da pedagogia especial como abordagem terapêutica fecunda para os casos de alienação mental manifestada na infância”.

É fato que a forma com que Itard procurou educar Victor hoje é condenável por muitos pedagogos e especialistas da área, mas temos que levar em consideração a época onde tudo se passou, provavelmente hoje, com os avanços dos estudos alcançados pela Educação e pela Medicina, poderia ser ter outro final para esta história. Mesmo assim, de certa forma, Jean Itard prestou grande

contribuição para que este processo de educação para pessoas com necessidades especiais se efetivasse.



Fig.2 - Cena do Filme de "L'enfant sauvage" 1970, dirigido por François Truffaut. Fonte: Gonçalves; Peixoto, 2001, p.19.

Embora muitos críticos comentem que Itard tenha aceitado a tarefa de educar o pequeno selvagem por interesse em se promover pessoalmente, ainda sim é considerado por muitos como o pioneiro nos estudos do desenvolvimento humano e da educação especial. Beyer (2010, pg.17) comenta em seu livro que Jean-Marc Itard, em sua tentativa de educar o menino, opunha-se a uma hegemonia médica da época que considerava não ser possível alterar os quadros de atraso social, intelectual e linguístico de determinadas pessoas.

A história discutida neste momento nos faz refletir sobre o que seria o comportamento natural do ser humano, o que seria o social ou adquirido. Como determinar quem está agindo de forma selvagem? O menino que não consegue se adaptar ao sistema social existente na época? Ou a sociedade que o vê como uma aberração, por não se enquadrar nos critérios de normalidade da época?

O caso de Victor é um exemplo de que o ser humano é um ser social que possui instintos gregários, que é a tendência que leva os homens ou os animais a se juntarem, perdendo, momentaneamente, suas características individuais. Sendo assim, o menino desenvolveu características específicas do meio em que foi criado, sem o contato com outros seres humanos, ele não desenvolveu forma de pensar, de sentir e de agir próprias dos seres humanos.

O comportamento humano é muito complexo e diversificado. Cada indivíduo recebe influências de seu meio e age no contexto social de acordo com sua formação, assim como o indivíduo aprende com o meio, também pode transformá-lo em sua ação social.

O ser humano adquire suas características como espécie, somente se estiver em contato com outro ser humano, é necessário que esse contato ocorra para que ele desenvolva a forma de pensar, de sentir e de agir próprias dos seres humanos. Se nos compararmos em questão de espécie, o ser humano sozinho não é incapaz de desenvolver mecanismos e características próprias de sua espécie, ao contrário de muitos animais, que possuem o que se chama de instintos, que os auxiliam neste sentido.

Baseados nos fatos anteriormente descritos, podemos constatar que, se o ser humano é influenciado pelo meio em que vive e assim adquire suas características sociais, a educação inclusiva opta por trabalhar por este viés, pois tem como objetivo que as pessoas com necessidades especiais façam parte integralmente da sociedade em que vivem, e como isso poderia ser concebido educando alunos com NEE em instituições isoladas de atendimento segregado, como desta forma se poderia realizar a inclusão destas pessoas.

A convivência entre pessoas com e sem necessidades educacionais especiais é um campo rico em diversidade, onde diferentes formas de pensar e de viver interagem entre si, pois além de trabalharem conteúdos didáticos, aprendem a conviver com a diversidade. Mas devemos ter em mente que ao contrário da história de Victor, não devemos querer enquadrar as pessoas em padrões normativos determinados socialmente, mas sim aceitar as diferenças que cada um possui, e conviver cada um a sua maneira em um mesmo ambiente social.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PARA A DIVERSIDADE.

O ensino de artes possui características específicas que a diferencia das demais áreas do conhecimento, pois trabalha não só com o desenvolvimento cognitivo do ser humano como também seu desenvolvimento sensível, instiga a expressão movida pela emoção, intuição e o pensar sobre aquilo que se exterioriza.

Assim,

... a arte na escola tem uma função importante a cumprir. Ela situa o fazer artístico dos alunos como fator humanizador, cultural e histórico, no qual as características da arte podem ser percebidas nos pontos de interação entre o fazer artístico dos alunos e o fazer dos artistas de todos os tempos, que sempre inauguram formas de tornar presente o inexistente. Não se trata de copiar a realidade ou a obra de arte, mas sim de gerar e construir sentidos. (BRASIL, PCN, 1998, p.35)

A arte proporciona ao aluno a construção de sua identidade, no sentido da construção de uma identidade social definida por Hoffnagel (1999, pg.91) como a “identidade de um indivíduo particular é composta por múltiplos elementos ou atributos que emergem na interação social.”.

O autor afirma ainda que a identidade não pode ser definida como uma categoria ou como tendo uma definição fixa, e justifica isso dizendo que; “tendo em vista que um indivíduo, dependendo do que está fazendo (a intenção) e de com quem está interagindo, pode destacar aspectos diferentes relacionados à faixa etária, à classe social, ao sexo, à profissão, etc., numa dada situação.”. Além da formação de sua identidade, auxilia a difundir ideias e conscientizar as pessoas para uma série de assuntos, possuindo um potencial mobilizador, abordando temas que conseguem tocar as pessoas de uma maneira mais profunda, tornando-se assim um meio facilitador de ensino.

Baseando-nos em tais considerações, veremos que a arte nos permite permear e levantar considerações importantes sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Neste contexto, observamos que ela pode oferecer a eles a capacidade de se expressar livremente, criar e proporcionar a experimentação de possibilidades e construção de significações para a

contextualização de seu cotidiano, proporcionando aos mesmos uma atividade prazerosa e um campo rico para o desenvolvimento expressivo e social.

A arte se mostra importante tanto no currículo como na vida, pois resgata e trabalha no afloramento e qualificação da sensibilidade no ser humano, sendo assim uma condutora da humanização do mesmo, e isso pode ser constatado principalmente no viés da Educação Inclusiva. (RUTZ, 2010, pg.8)

O ensino de artes procura desenvolver o potencial criador das crianças, ultrapassando o discurso verbal, permitindo a busca por outras formas de comunicação e expressão. Nas propostas de trabalho oferecidas nas aulas de arte, o aluno tem a possibilidade de exteriorizar seus sentimentos, através de representações em desenhos e outros trabalhos práticos bem como em exercícios de expressão corporal, o que facilita para o professor a identificação das maiores dificuldades enfrentadas por seus alunos, para que possa auxiliá-los.

Trabalha-se também no desenvolvimento do reconhecimento das semelhanças e diferenças de cada ser humano, possibilitando assim desenvolver conceitos como de socialização e cidadania, que são essenciais para o sucesso da educação inclusiva.

A arte se caracteriza como uma disciplina de ação cognitiva, reflexiva, criadora e sensível, que proporciona aos alunos uma riqueza em conhecimento única, advinda da experiência estética. Conhecimento esse que, se bem trabalhado, produz relações com seus cotidianos, e assim, produz sentido para os mesmos.

Oferta experiências e momentos ricos em sensibilização, criação e expressão, que podem ampliar a compreensão a respeito de si mesmo e de sua relação com o mundo. Assim, desenvolvem não só a percepção cognitiva como também a sensível do aluno, auxiliando na formação de pessoas mais humanas perante a sociedade, dessa forma, é possível desenvolver mais facilmente uma educação para todos.

Pensar a educação especial no contexto atual é refletir sobre os processos de inclusão dos grupos sociais nas instituições regulares de ensino e os impactos desta formação na construção de suas identidades. Muitos ainda questionam a necessidade de se inserir alunos com e sem necessidades especiais dentro da

mesma sala de aula regular, é necessário um maior esclarecimento da importância deste movimento para que se possa promover a conscientização da sociedade de um modo geral.

Selau (2007, pg.19) afirma em seu texto que “(...) manter as pessoas com necessidades especiais isoladas das ditas normais não parece que seja uma prática positiva”, e justifica esta afirmativa dizendo que: “(...) ao se viver isolado, passa-se, não só, a não se envolver com as situações sociais que estão em constante transformação, como também a conviver demasiadamente num ambiente que muitas vezes não propõe desafios que possam levar ao desenvolvimento”.

Está entranhado em nossa cultura acreditar que o único papel da escola é o de repassar conteúdos específicos de cada disciplina. Deve-se levar em conta o fator socializador que a escola proporciona, onde a mesma promove a interação entre os membros que a constituem, e entre seus principais objetivos ela almeja prepará-los para o exercício da cidadania.

A escola, além de se ocupar com o ensino, compreende-se como ambiente social da infância e adolescência por excelência, momento da vida de uma pessoa em formação, em que se ganha grande parte dos saberes informais importantíssimos para a vida toda, como respeito, amizade, amor, enfim momento de relacionamento humano, então a inclusão ganha sentido, e os alunos, todos, devem participar da mesma aula, realizando aquilo que podem. (SELAU, 2007, P.62-63)

As políticas de inclusão social foram desenvolvidas em prol daqueles que por muito tempo foram afastados do convívio da sociedade. No Brasil, o movimento da Educação Inclusiva se institucionalizou em políticas educacionais em meados da década de noventa, fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases para a educação (BRASIL, 1996), primando, em suas concepções educacionais, por uma educação de qualidade para todos, tanto para aqueles alunos com necessidades educacionais especiais quanto para os demais.

Conferências Mundiais como as que ocorreram em Jontiem, na Tailândia, em 1990, sobre a Educação para Todos, e a de Salamanca na Espanha em 1994, voltada para a Educação Inclusiva, são referenciais que impulsionaram para a discussão de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.

Um ambiente que trabalhe e valorize a diversidade é essencial para o desenvolvimento satisfatório do processo de inclusão. Quando se trabalha em um ambiente assim a troca de experiências dentro de um grupo heterogêneo é muito fértil e contribui para o processo de evolução de suas aprendizagens, pois trabalha com a ideia de construção coletiva do conhecimento.

O processo de inclusão escolar é compreendido como um modo de organização do sistema educacional para promover a inserção integral de todos os alunos de modo geral, incumbindo à escola a tarefa de reformular-se a fim de considerar de forma eficaz as necessidades de seus alunos em sua totalidade.

3. Inclusão: Representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada (BRASIL, 2001)

A escola detém em suas mãos um grande desafio e compromisso para com esse aluno com NEE, devendo estar consciente que antes de transmitir competências e conteúdos teóricos da educação, a escola tem como papel primordial, desenvolver mecanismos que auxiliem este aluno para que ele possa viver em sociedade. Infelizmente tem-se a consciência que nem sempre é assim que acontece muitas vezes, quando a temática da inclusão não é levada a sério, ao invés de inserir ela pode excluir ainda mais estes alunos do convívio com os demais colegas.

A Arte considera como fundamental o respeito à personalidade e individualidade de cada um, pois participamos de um grupo, uma comunidade ou sociedade. Desse modo, se espera que a escola não seja uma instituição formadora de *guetos* ou de espaços de atendimento diferenciados, mas sim seja promotora de desenvolvimento e acolhimento das diversidades, de todas as formas possíveis. (RUTZ, 2010, Pg.7)

O ambiente escolar é valioso em heterogeneidade, pois a diversidade cultural, social e até mesmo econômica, circula todos os dias em suas salas de aula, mas isso, muitas vezes, é ignorado pelas Instituições padronizadoras.

Uma das grandes problemáticas enfrentadas pelas escolas, que em parte foi contaminada e está estreitamente ligada por este sistema cada vez mais sufocante chamado capitalismo, possui uma estrutura de ensino muito engessada e presa a uma dita educação moderna, que rege como um dos seus objetivos primordiais a preparação do aluno para o mercado de trabalho que fica cada dia mais competitivo e exigente.

Em um mundo onde “tempo é dinheiro”¹¹, desenvolveu-se um sistema de ensino padronizado que trata os alunos de uma forma homogênea, como se todos aprendessem e desenvolvessem os conteúdos repassados da mesma forma, é um sistema que pode ser chamado de “enformamento” (como se a escola construísse um molde onde todas as crianças devessem se encaixar), e quem não se enquadrasse nesta proposta de ensino, seria de certa forma excluído e até mesmo indesejável em sala de aula, no desejo de promover a homogeneidade educacional dentro de um grupo heterogêneo.

Em um ambiente de diversidade cultural e social tão rico como a escola, a arte encontra um campo farto para atuação, pois a cultura e as vivências de cada aluno podem contribuir para o desenvolvimento de trabalhos mais criativos e diversificados, porque a criança, se estimulada, tem a capacidade de passar para o papel a expressão de seus sentimentos e características de sua personalidade, e isto se tornaria impossível em uma turma homogênea, que é como as escolas os tratam, pois nesta concepção de “enformamento” todos seguiriam os mesmos padrões, o que seria empobrecedor para o território da arte desenvolver seu trabalho.

Uma antiga lenda grega, a “Cama de Procasto”, pode servir de exemplo para falar sobre os padrões normativos determinados pela sociedade e na escola, segundo Amaral (apud BOATO 2007 pg.37).

De acordo com a lenda, havia um homem chamado Procasto que tinha por hábito convidar estranhos para ficar em seu palácio, o hospede era recebido com grandes honras e lhe era oferecido um leito suntuoso para deitar-se. Porém o leito de Procasto escondia um problema, pois o visitante deveria encaixar-se

¹¹ Na Idade Moderna, o próprio tempo veio a adquirir caráter numérico, com a invenção do relógio mecânico. Não mais impalpável e vivenciado pelo corpo em si mesmo e na passagem dos ciclos naturais, o tempo se converteu numa entidade objetivamente mensurável. Muito provavelmente date daí a famosa máxima segundo a qual “tempo é dinheiro”... (DUARTE JR, 1997,p16-17)

perfeitamente no leito; se houvesse alguma discrepância entre o tamanho do convidado e a cama, este era cortado ou esticado para que se adequasse às proporções devidas.

O leito de Procusto é a metáfora da medida única: se sobra, corta, se falta, estica. É o desejo que se tem de adaptar a uma única cama ou molde determinado, tanto pela escola como pela sociedade, o que por natureza não tem padrão. Amaral comenta ainda em seu texto que a pessoa com necessidades especiais deve “transformar-se num arremedo de não deficiente.”, com isso a autora comenta que “Suas diferenças devem ser neutralizadas ao máximo: sua aparência, sua aprendizagem, seu desempenho, tudo isso deve aproximar-se do esteticamente usual, do pedagogicamente tradicional, de uma pauta de comportamento usual.”.

As instituições de ensino regular devem por fim aos “Leitos de Procusto” oferecidos por nossa sociedade, onde todos devem ser adaptados a moldes pré-concebidos, e ao relacionarmos a metáfora desta antiga lenda ao contexto do aluno com necessidades educacionais especiais que estuda em uma escola de padrões homogêneos, este não é um lugar onde esta criança seja capaz de se desenvolver, pois ela não se encaixa a estes moldes, tornando-se muitas vezes excluída e deixada para trás, tanto pela escola como pelos colegas.

A escola tem o dever de apoiar e promover a diversidade, pois cada aluno, tendo ele alguma necessidade especial ou não, é único, dotado de personalidade própria, e carrega consigo uma herança, tanto genética como social construída fora da escola, e impedi-lo de carregar e transmitir estas informações em seus trabalhos não pode ser visto de uma forma positiva, visto que a homogeneidade empobrece a construção de suas vivências e o desenvolvimento de seu potencial criador e de expressão, que são fundamentais para socialização.

A escola¹² deve buscar promover a diversidade em seu corpo estudantil, só assim conseguirá conscientizar os demais alunos ditos “normais” a conviverem de forma mais humana com os demais alunos que não se encaixam nos parâmetros normativos definidos por esta sociedade.

¹² Neste caso, escola refere-se a um todo: direção, corpo docente, servidores de um modo geral.

Sendo assim, as considerações construídas ao longo deste texto sobre a importância do ensino da arte e a escola onde o aluno com necessidades especiais é inserido, nos ajudam a compreender o papel dos mesmos para o sucesso do processo inclusivo, tendo o intuito de promover a conscientização da população em relação à inclusão das pessoas com NEE na sociedade e na escola, partindo do princípio de que todos somos capazes de conviver em sociedade, cada qual com suas limitações e diferenças. Então, professores e a coordenação, no geral, devem esforçar-se para tornar a escola um ambiente sociável e inclusivo para estes alunos e não excludente, como vem sendo em muitos casos.

ALGUMAS CHAVES

Ser professor nunca foi uma tarefa fácil, principalmente no contexto atual em que vivemos, muitas são as dificuldades, mas grandes são as recompensas para os que se dedicam realmente para esta profissão.

Uma nova realidade na vida do professor é a educação inclusiva, no tocante aos alunos com necessidades especiais. Muitas vezes, o professor sem o preparo devido para esta situação não sabe como agir. E baseado nestas circunstâncias, questiona-se o que o professor deve fazer? Cruzar os braços e dizer que não está preparado para eles? Ou abraçar a causa e buscar subsídios que o auxiliem neste movimento?

Boato (2007, p.51) menciona um filme baseado em fatos reais “O Óleo de Lorenzo”, e tece algumas considerações que podem nos auxiliar a compreender melhor qual o real papel do professor de artes na educação inclusiva.

Segundo ele, o filme apresenta o relato da história de um menino chamado Lorenzo que, aos seis anos de idade, manifesta uma doença hereditária e degenerativa. Ao descobrirem, seus pais iniciam desesperadamente a procura pela cura de sua doença, em várias partes do filme, se apresentam exemplos do grande amor que esses pais sentem pelo filho.

Frustrados por não conseguirem a assistência necessária, deparam-se com médicos especialistas e pesquisadores insensíveis, que ao invés de auxiliá-los, só se preocupam em usar Lorenzo como objeto de estudo.

Os pais do menino, vendo que seu estado se agravava cada dia mais, decidem estudar incansavelmente até encontrarem a fórmula que poderia salvar seu filho, até que, milagrosamente, desenvolvem um óleo capaz de frear o avanço da doença, revertendo os seus sintomas, auxiliando inclusive outras crianças com a mesma doença a se curarem. O amor que os pais de Lourenzo tinham por ele, o salvou, eles ignoraram os laudos e os médicos, não medindo esforços para encontrar a cura.

Se todos se baseassem em diagnósticos e avaliações pessimistas calcados em modelos como o clínico terapêutico, visto anteriormente, não haveria oportunidade para as crianças com necessidades especiais estudarem em escolas regulares. Exemplos como os de Jean Itard e os pais de Lourenzo nos demonstram que é possível alcançar seus objetivos movidos pela determinação e pelo amor.

O professor, por sua vez, não pode deixar que o pessimismo de pessoas que digam que educar um aluno com necessidades educacionais especiais é impossível, os abater, e com isso construir uma barreira imaginária entre aluno e professor. Como na história de Lorenzo, da mesma forma o professor não pode desistir de seus alunos, embora seja um caminho arduo e complicado, é também recompensador, e ele se trilha com o amor. Neste momento considero o questionamento levantado por Boato (2007, pg.52) muito importante, “O que é mais importante dentro do processo pedagógico: amor ou conteúdos?”.

Como Duarte Jr. (2010, pg.26) já mencionou em seu livro: A Montanha e o Videogame, “Somos educados para a obtenção do conhecimento inteligível (abstrato, genérico e cerebral) e deseducados no que tange ao saber sensível (concreto, particular e corporal)”. Já está arraigado em nossa cultura, e visível na escola, a importância que se dá as disciplinas ditas “sérias”, racionais como português, matemática..., deixando em plano secundário aquelas que envolvem o lado afetivo e relacional oferecidos por sua corporeidade.

O professor de Artes tem em suas mãos uma das chaves, para abrir as portas para o sucesso da educação inclusiva. De que vale as disciplinas repassarem conteúdos, mas permanecerem distantes de seus alunos, não promovendo a inclusão?

De acordo com Duarte Jr. (2010, pg.29) “a arte-educação sempre constituiu um campo de resistência a essa pragmática e imediatista visão do ensino, explorando e ajudando a desenvolver a sensibilidade e o sentimento de crianças, adolescentes e adultos.”, assim como, “Mesmo que relegada a um plano secundário e pequeno no interior das escolas, ela bravamente veio resistindo ao direcionamento da educação para um papel de mero treino de habilidades (cerebrais)”.

Não se pode negar a importância dos conteúdos didáticos para a aprendizagem do aluno, mas de nada vale simplesmente transmitir esses conteúdos e acreditar que seu papel como educador está feito. O professor que trabalha em um ambiente inclusivo deve fazer mais do que repassar conteúdos, deve sair do comodismo e estar disposto a envolver-se, criando mecanismos que o auxiliem neste processo.

Os cientistas, valendo-se da necessidade de neutralidade durante uma pesquisa, não se comovendo, não se envolvendo, apesar de todo o conhecimento, de todos os conteúdos, não obtiveram resultados com Lourenzo. Da mesma forma eu, como educador, cheio de conteúdos, de conhecimentos, de técnicas, de métodos, nada conseguirei com meus alunos se me mantiver neutro, não envolvido, se não houver amor. (BOATO, 2007, pg.53)

Quando falo que o professor deve envolver-se no processo inclusivo e trabalhar com amor, não se deve confundir amor com pena ou caridade, o aluno com necessidades especiais não precisa de sentimentos como a piedade, eles precisam de respeito e dignidade, pois a educação é um direito adquirido por eles. Muitas vezes os professores equivocam-se ao se preocuparem somente em tornar a pessoa com necessidades especiais mais úteis a sociedade, sem se preocupar em torna-la útil para si mesma, trabalhando sua autoestima, tornando-a assim mais feliz.

Não podemos fugir do fato de vivermos num mundo imposto por cânones estéticos, onde o belo e o perfeito prevalecem. Como professores de arte, temos o papel de enfrentar estes abismos de rotulações, promovendo a diversidade e o

acolhimento. Para tanto, não podemos nos limitar às imposições culturais de uma massa dominante, devemos valorizar as diferenças, buscando a constituição de um ambiente escolar realmente inclusivo, tanto para os alunos que tenham algum tipo de limitação ou necessidade educacional especial quanto para os demais.

É importante que o professor proponha atividades que ofereçam situações novas e desafios que estimulem os alunos, onde eles possam expressar-se, crescer e desenvolver soluções para superar possíveis entraves aos quais estarão sujeitos na sociedade, procurando fugir das padronizações, valorizando suas singularidades.

Os argumentos defendidos por Selau (2007, pg.39) no que se refere em incluir alunos com NEE em salas de aula regulares é que “A aproximação física obrigava as pessoas a se olharem, a se tocarem a trocarem informações”, quando se trabalha em uma sala de aula inclusiva, o contato mais direto entre os colegas, facilita a comunicação entre eles, que aprendem a interagir entre si, a trocar ideias, provocando a união em torno de um objetivo. Muitas vezes, essa aproximação transpassa barreiras e constrói vínculos que outras formas de ensino não proporcionam.

4.1 A distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade. (BRASIL, 2001)

Os professores devem desenvolver mecanismos que o auxiliem a realizar a inclusão dos alunos com necessidades especiais na sala de aula, pois o professor é o mediador deste processo. Selau (2007, p.39) sugere que se trabalhe com a formação de grupos, sendo este um instrumento de grande valia, pode ser usado como uma ferramenta facilitadora do processo inclusivo, pois o contato mais direto entre os colegas, nesta forma de trabalho, facilita a comunicação entre eles, sendo assim, os mesmos se veem obrigados a interagir entre si, a trocar ideias, provocando a união em torno de um objetivo comum. Acredita-se que esta aproximação constrói vínculos que outras formas de atividade não poderiam propiciar da mesma forma.

DA TEORIA A PRÁTICA

É evidente que não se conseguiria construir um real panorama de como vem se difundindo a educação de alunos com necessidades especiais na rede pública e regular de ensino, sem que observe e apresente a declaração de professores que vivenciaram ou que estão vivenciando esta situação no contexto escolar.

E para isso, baseada inicialmente em conversas informais com os professores que apresento neste trabalho, mais os teóricos que falam sobre assuntos relevantes ao tema, formulei um questionário que foi respondido por três professoras de escolas municipais da rede regular de ensino da cidade de Pelotas, tenho como objetivo neste questionário, procurar levantar subsídios para apoiar as considerações necessárias para discutir como processo inclusivo vem se desenvolvendo na rede regular de ensino e como o professor se coloca neste contexto, a fim de analisar o real impacto em seu cotidiano escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais n.9.394/96, (art.59), no que diz respeito aos sistemas de ensino assegurados aos educandos com necessidades especiais garante: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, em resumo a LDB garante ao aluno que estudar na rede regular de ensino um professor especializado para trabalhar com ele em sala de aula, mas na prática isto nem sempre acontece.

As Entrevistas:

Os questionários, em sua parte inicial contêm os dados dos professores, como nome, idade, naturalidade, seguida de informações sobre a formação, como curso, local de formação, ano, especialização ou não, se teve algum preparo tanto pela Universidade como depois dela para trabalhar com esses alunos, e se esta havia sido satisfatória. Logo, inquiriu-se sobre o tempo de docência, a trajetória Escolar, ou seja, por que tipo de escolas passou.

De sua prática pedagógica, perguntou-se há quanto tempo dá aula para alunos com necessidades especiais, quantos alunos com NEE elas trabalham, se a escola onde trabalham oferece subsídios necessários para trabalhar com esses

alunos, se necessitam de algum material especial para trabalhar com eles, ou utilizam o mesmo material para todos, ou ainda, que estratégias se utilizam quando não tem o material necessário para suas aulas.

Desejou-se igualmente saber sobre suas opiniões em relação à inserção de alunos com NEE em salas de aulas regulares, se seria a melhor solução a ser tomada pela educação inclui-los nas salas regulares ou se estes aprenderiam melhor em instituições especializadas que trabalham somente com eles. Perquiriu-se se estes professores gostam de trabalhar com alunos com NEE em sala de aula, justificando suas respostas. Solicitou-se ainda que citassem algumas das experiências vividas em sala de aula mais significativas com esses alunos, tanto negativas como positivas, e se estas experiências, de uma forma ou outra, trouxeram algum sentido para o trabalho docente ou a vida pessoal.

Como mencionei no início deste capítulo, três professoras foram entrevistadas, duas professoras de arte e uma de pedagogia. Decidi colocar as considerações de uma professora de pedagogia neste texto, pois embora não seja formada em artes, realiza levantamentos significativos em relação à educação inclusiva, visto que estuda sobre o assunto e o vivencia em seu dia a dia, a incluo neste texto por compreender que os desafios enfrentados em sala de aula são compartilhados com os professores de todas as áreas, e os princípios da educação inclusiva abraçam a todos de forma igual.

As duas professoras de arte optaram por não expor seus nomes neste texto, então quando me referir a elas ou apresentar suas respostas as chamarei de professora A e professora B, a primeira é professora de artes, formada em 2008 pela Universidade Federal de Pelotas, a segunda também se formou pela Universidade de Pelotas em 1998. A outra professora entrevistada foi a prof. Marilei Chiesa, pedagoga, formada em 1994, pela Universidade Católica de Pelotas, Mestre, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande, esta não apresentou nenhuma objeção em mencionar seu nome no trabalho, por questão de padronização, no discorrer do texto a chamo de professora C.

Início questionando os professores entrevistados se eles haviam recebido algum tipo de formação na graduação ou depois, para trabalhar com alunos com necessidades especiais: A professora A, respondeu que não recebeu nenhum preparo referente à educação inclusiva na graduação, ela considera que como faz

pouco tempo que se formou e está trabalhando há pouco tempo na rede municipal, ainda não conseguiu participar de nenhum curso especializado sobre inclusão escolar para se aprimorar, a professora B respondeu também que não recebeu o preparo necessário para trabalhar em uma sala de aula inclusiva e que a SMED, ofereceu alguns cursos de formação considerados insatisfatórios, pois a prática é bem diferente da teoria.

Já a professora C possui uma vivência maior em relação a sua preparação para trabalhar com a educação inclusiva, inclusive atualmente trabalha em uma sala de recursos¹³ de uma escola da rede municipal e regular de ensino, e responde da seguinte forma: “Na Graduação, a Educação Especial era vista como modalidade diferenciada, na especialização a preparação foi satisfatória. no mestrado, minha dissertação foi na área de educação especial.”. Embora a professora C tenha uma qualificação maior para trabalhar com alunos com necessidades especiais, admitem que trabalhar com eles não é tarefa fácil, mas deve se ter a consciência da importância de seu papel para o sucesso deste processo.

A realidade que se apresenta no cotidiano escolar nem sempre é a que se deseja a estrutura tanto física como profissional que a educação inclusiva exige, ainda é privilégio de poucas instituições, o processo para a concepção de uma escola inclusiva ideal progride lentamente. Como já havia sido comentado anteriormente, no Brasil o processo de inserção da educação inclusiva na rede regular de ensino foi primeiramente institucionalizada em lei, para que através dela as escolas adotassem este novo sistema de ensino, o que fomenta a dificuldade de implantação deste processo, pois as instituições de ensino não foram previamente preparadas para recebê-los.

Em relação aos professores que não estão preparados, os mesmos devem ter a consciência de que cada vez mais irão receber alunos com NEE em suas salas de aula, e dentro de suas possibilidades, devem trabalhar com esses alunos tendo como principal objetivo a sua integração e sempre que possível buscar a complementação de sua formação profissional na área. O movimento para a

¹³Segundo Glat (2007, pg.109) A proposta pedagógica da sala de recursos para alunos surdos (ou com outra NEE), deve ter como foco principal o reforço dos conceitos aprendidos na classe regular, de forma a oferecer meios para que os mesmos possam acompanhar e se desenvolver diante de suas limitações...

formação de um sistema de educação inclusiva ganha cada vez mais força, mas é necessário que todos os envolvidos se comprometam.

Questionei os professores sobre suas opiniões em relação ao fato de se inserir alunos com NEE em sala de aulas regulares, e se esta era a melhor solução a ser tomada, a professora A, respondeu da seguinte forma:

Se a inclusão fosse feita com qualidade e seriedade, acredito que seria a melhor solução para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, porém, o que vejo nas escolas públicas de Pelotas infelizmente não é isso. Da maneira como é feita, a inclusão funciona apenas no âmbito social, ou seja, é bom que alunos com NEE e os que não têm NEE frequentem o mesmo espaço, aprendam a conviver, a se respeitarem e a ajudarem uns aos outros. Nesse aspecto é ótimo para a vida de todos e para a sociedade. Mas não acredito que a educação e estrutura oferecida aos estudantes com NEE, apesar do empenho e dedicação dos professores, sejam as mais adequadas. (Professora A)

A professora B, da mesma forma que a professora A concorda que o ponto positivo da educação inclusiva, é que crianças com e sem necessidades especiais podem interagir entre si, promovendo o processo de inclusão de ambos:

A criança com NEE ao ser inserido em uma turma regular passa a conviver com outras pessoas fora do âmbito familiar, mas muitas vezes os professores não possuem formação para trabalhar determinadas deficiências, não possuem material adequado, e estrutura física. (Professora B)

Em sua resposta a professora C retoma o que antes já havia sido comentado neste trabalho, sobre o direito adquirido pelo aluno com necessidades especiais em optar por estudar em uma sala de aula regular, não sendo este um favor concedido a ele, mas sim um direito conquistado por lei:

TODOS os alunos devem ter seus direitos garantidos. A educação é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira. Em minha opinião, a educação deve contemplar a TODOS em seus direitos. A escola deve desenvolver estratégias de inclusão, sejam para alunos com deficiência ou sem deficiência. (Professora C)

Considerando os argumentos acima utilizados pela professora A, B e C, a educação de alunos com NEE na rede regular de ensino é a melhor solução se levada com seriedade, o comprometimento é a chave para o sucesso, não se pode

desenvolver a falsa ilusão de que a inclusão vai se conceber por si só, a precariedade com que este assunto vem sendo tratado e gerenciado pelos órgãos governamentais se refletem na sala de aula.

A falta de estrutura e preparo faz com que o trabalho do professor se torne cada vez mais árduo, o que dificulta o desenvolvimento de atividades que propiciem a inclusão, um exemplo prático disso é o relato que a professora A apresenta, quando perguntei se a escola onde ela trabalha oferece os subsídios necessários para que possa trabalhar com os alunos com NEE:

Há uma aluna cadeirante que tem uma atrofia nas mãos (não sei exatamente do que se trata, pois, não há uma explicação por parte da família), essa menina tem também uma dificuldade na fala que atrapalha muito o diálogo entre professora e aluna como também entre os colegas e ela. Na escola não sabemos se além da limitação física ela também possui uma limitação mental o que atrapalha muito o planejamento de atividades especiais para ela. Depois, a escola não dispõe de materiais específicos, para as atividades de Artes Visuais seria necessária uma mesa especial, ou uma adaptação na cadeira de rodas. Também seria interessante uma adaptação para que a aluna segurasse sozinha, lápis, pincéis, etc, os professores adaptam os materiais usando a criatividade e boa vontade. (Professora A)

A mesma professora demonstra ainda que se vale de sua criatividade para desenvolver mecanismos que a auxiliem no desenvolvimentos de suas atividades em sala de aula, a professora B, procura diversificar as atividades e utilizar o mesmo material para todos, a fim de evitar a diferenciação entre os alunos, a menos que a deficiência necessite de material apropriado. A professora A exemplifica um dos mecanismos desenvolvidos por ela, através de sua criatividade para desenvolver suas atividades em sala de aula:

Para adaptar pincel na mão da aluna citada na resposta acima, por exemplo, faço uma “buchá” com fita na ponta para que pare na mão dela, prendemos (os professores em geral) a folha a ser usada na atividade em uma tábua que fica presa sobre os braços da cadeira, etc.(Professora A)

Baseando-nos neste depoimento podemos constatar que mesmo sem recursos e com todos os desafios que a escola inclusiva possa oferecer, tendo disposição e dedicação o professor pode realizar seu trabalho, ele não pode se deixar abater pelas circunstâncias geradas pela implantação deste processo.

Outro grande desafio enfrentado é a quantidade de alunos que compõe a sala de aula, teoricamente as classes deveriam ser reduzidas para melhor atender a demanda de alunos, mas ao invés disso o número de alunos em salas de aula continua crescendo cada dia mais e que dificulta o trabalho do professor.

A professora A comenta: "... as turmas têm a mesma quantidade de estudantes das outras, de maneira que é muito difícil dar a atenção especial e de qualidade que estes alunos necessitam.". A professora B da mesma forma afirma que as salas de aula inclusivas necessitam, para seu melhor desempenho, de turmas reduzidas, o que não ocorre na realidade, ela comenta que: "o resultado na sala de aula seria melhor se as turmas fossem menores, com recursos e estrutura física adequada e com apoio dos responsáveis.".

Baseando-nos nestas afirmações, deve-se ter o cuidado ao fato de "dar atenção especial a estes alunos", Beyer (2010, pg.35) comenta que é importante destacar que o professor jamais deverá concentrar seu atendimento explicitamente sobre as crianças com necessidades especiais, ele deve "trabalhar sempre no contexto do grupo, [...] Com isto, se estará evitando o sempre possível processo de segregação do aluno especial e também se estará fugindo de uma prática docente orientada por uma abordagem terapêutica.".

Apesar dos entraves e desafios enfrentados em sala de aula, os professores apresentaram considerações positivas ao que se refere à inserção de alunos com necessidades especiais, quando perguntei a elas se baseadas por suas vivências dentro de sala de aula, as crianças com NEE, aprenderiam melhor em instituições especializadas ou em sala de aula comuns junto com os demais alunos? (O "aprender" a que me refiro é tanto o didático como o social) a professora A e a professora B levantaram as seguintes considerações sobre a importância do trabalho inclusivo para a inserção dos alunos com necessidades especiais no âmbito escolar:

Não consigo ver de maneira conjunta o didático e o social neste caso, acredito que aprendem melhor TODOS no âmbito social, no didático a sala comum também é rica para todos, é bom para os alunos com NEE vivenciarem a aprendizagem na sala comum. (Professora A)

Eu acredito que sempre é bom trabalhar com crianças, por mais difícil que seja, elas sempre nos ensinam alguma coisa nova. eles fazem com que se repense o modo de vida e o conceito de aprendizagem. (Professora B)

A professora C, apresenta uma perspectiva positiva quanto à inclusão em salas de aula regulares, e levanta uma consideração relevante sobre o assunto, quando deixa claro que qualquer que seja a deficiência ou dificuldade que o aluno apresente em relação aos demais, ela não deve ser fator determinante de diferenciação dos sujeitos em sala de aula:

Os alunos com deficiência ou com necessidades educativas especiais devem SEMPRE, estar com seus pares, ou seja, com seu grupo de crianças e ou adolescentes. JAMAIS devemos utilizar a deficiência como fator de diferenciação do sujeito. Utilizar a deficiência como fator de classificação e como critério de matrícula, fere os direitos sociais e integrais do ser humano. Segregar o ser humano pela sua condição, em minha opinião é a mais CRUEL atitude que alguém possa ter. (Professora C)

A proposta inclusiva envolve a aqueles que a acolhem, podemos observar isso nos baseando nos relatos apresentados pelas professoras entrevistadas, que através de suas experiências nos mostram que, assim como se ensina se aprende muito com esta troca de vivências experienciadas por professores e alunos no ambiente inclusivo e isso pode ser muito recompensador para ambos.

Este envolvimento e resultados se confirmam no relato destas professoras quando pergunto se elas acreditam que estes alunos com NEE, de uma forma ou outra, trouxeram algum sentido para seu trabalho docente ou para a sua vida pessoal, recebo as seguintes constatações:

Primeiramente, não me refiro a “ESTES ALUNOS”. Para mim, são todos alunos; alguns com NEE e com deficiências; outros com NEE e sem deficiências. Toda a minha prática docente até hoje [...] foi voltada para uma prática que acredita na potencialidade humana e que podemos fazer “valer” aquilo que é de direito de todos; a educação regular. Considero minha docência rica, por perceber que as necessidades educativas especiais, são inerentes a todos os sujeitos e não apenas privilegio dos que tem deficiência. (Professora C)

A fala da professora A, que é professora de artes e convive com alunos com necessidades especiais diariamente acrescenta em sua resposta dizendo:

Na vida pessoal a convivência com os alunos em geral nos engrandecem apesar de todas as dificuldades e frustrações que o professor possa sofrer. Os alunos com NEE especificamente, muitas vezes me surpreendem, mostrando como é possível se superar e superar obstáculos. Também para a vida pessoal essa convivência me traz indignação com o descaso das autoridades com a educação e saúde pública, pois tenho em minha família uma pessoa portadora da síndrome de down, que tem acesso a escola particular e atividades extraclases (como fonoaudióloga, ginástica, natação) e posso perceber que, infelizmente, é gritante a diferença que o tratamento e estrutura de qualidade proporcionam ao ensino/aprendizagem, e ao desenvolvimento (psíquico, motor, etc.) do aluno com NEE. (Professora A)

Levando em consideração tudo o que se falou até agora, é visível que as três professoras não escondem que existem dificuldades a serem transpostas, no tocante a alunos com necessidades especiais, transitarem e participarem de forma ativa dentro de uma sala de aula regular, mas quando nos deparamos com depoimentos como o da Professora C, que afirma que sua prática docente acredita na potencialidade humana, e que defende o ideal de que se pode fazer valer aquilo que é de direito de todos, a educação regular, tem-se a certeza de que a intenção de se conceber a inserção deste processo inclusivo dentro da rede pública de ensino não é uma utopia, mas sim uma questão de tempo e amadurecimento.

Mesmo sem dispor dos mesmos recursos que uma escola particular possa oferecer o professor com dedicação pode realizar satisfatoriamente o seu papel, de acordo com a professora A: “Na vida pessoal a convivência com os alunos em geral nos engrandecem apesar de todas as dificuldades e frustrações que o professor possa sofrer.” E completa dizendo: “Os alunos com NEE especificamente, muitas vezes me surpreendem, mostrando como é possível se superar e superar obstáculos.”, não devemos subestimar ou medir o potencial do aluno pelas suas limitações, pois a força de vontade e superação deste aluno pode compensar qualquer que seja sua limitação.

Podemos observar que a semente da inclusão já foi plantada, mas para que ela vingue e cresça, cabe a nós professores e a escola de um modo geral, cultivá-la, para que no futuro possamos todos juntos colher, os frutos deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todas as considerações levantadas no presente texto, as quais foram baseadas em um levantamento bibliográfico de referenciais que falam sobre a educação inclusiva e assuntos afins, somado a questionários aplicados a três professores da rede pública e regular de ensino da cidade de Pelotas, podemos realizar algumas constatações sobre o assunto em questão.

É visível que a precocidade em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais n.9.394/96 (art.59), foi instaurada no contexto educacional brasileiro, provocou uma série de entraves, que podem ser percebidos visivelmente no cotidiano escolar, tais como: Professores e escolas sem estruturação (física e profissional) adequada para receber alunos com NEE, instituições de ensino superior sem preparo no tocante à oferta de disciplinas de educação inclusiva, que auxiliem o professor em sua carreira docente e por fim a falta de conscientização da comunidade de um modo geral sobre a importância da educação inclusiva tanto para os alunos com NEE como para os demais.

Em relação à série de entraves acima descritos, Cavalcante (2005, pg.1) orienta que “A escola pública que não recebe apoio pedagógico ou verba, tem como opção fazer parcerias com entidades de educação especial, disponíveis na maioria das redes.”, mesmo assim a direção não deve deixar de “continuar exigindo dos dirigentes o apoio previsto em lei. Na particular, o serviço especializado também pode vir por meio de parcerias e deve ser oferecido sem ônus para os pais.”.

Embora Cavalcante apresente uma possível solução para a carência de especialização e recursos para a implantação da educação inclusiva na rede, subentende-se que ensino brasileiro ainda não se vê preparado para esta realidade, questiona-se então, porque se iniciou este movimento de reformulação do ensino?

Provavelmente alguns acreditem que no Brasil as coisas se concebem somente de forma imposta, ou até que este movimento se iniciou por nossa copiosa vontade de imitar o que se faz na Europa, desconsideremos estas probabilidades, e nos focamos nesta discussão por outro viés. Por que se quer uma sociedade diferente, uma sociedade que acolha e inclua o diferente? A sociedade de um modo geral está envolta por cânones e padrões normativos já definidos anteriormente por

Foucault, o diferente não tem espaço dentro desta saturada concepção de sociedade.

Naturalmente mudanças se fazem necessárias, e cada vez mais as pessoas com necessidades especiais estão buscando o seu espaço dentro da sociedade, e quando trazemos este contexto para a escola, podemos constatar que a convivência em sala de aula representa uma oportunidade de aprendizagem recíproca, onde ambos os lados crescem com este intercâmbio, e só conseguiremos isto através de uma educação mais justa e inclusiva, e só assim conseguiremos com que a sociedade seja modificada.

Um fator de extrema importância para o sucesso deste processo seria a qualificação profissional dos professores, sendo assim emerge a extrema urgência de se reformular a estrutura da grade curricular de formação destes profissionais pelas instituições universitárias, a fim de prepara-los melhor para esta realidade.

O professor possui o importante papel de mediador para que a inclusão se concretize, sendo assim, se faz necessário que o mesmo tome consciência da importância de seu trabalho em sala de aula, e embora as universidades ainda não ofereçam a qualificação necessária neste sentido, o docente deve buscar desenvolver mecanismos que supram este déficit para que o aluno com NEE não sofra de forma tão brusca esta carência de formação profissional neste processo de transição.

O cotidiano do professor de arte em sala de aula sofre grande transformação com essa nova situação do ensino, e ele têm em suas mãos a responsabilidade e o desafio tornar este processo realmente satisfatório. O professor deve ter a consciência que independente de trabalhar com alunos com necessidades especiais ou não, ele não irá encontrar em sala de aula um aluno-padrão, devendo assim sempre valorizar o contexto cultural, financeiro ou físico do aluno, por isso a necessidade de estar preparado para atender as diversidades, e este é um processo que deve ser construído, dia após dia com a participação de todos os membros da sociedade.

Essas mudanças no contexto escolar do cotidiano do professor, buscam um novo modelo educativo que tem como princípio o reconhecimento da necessidade de uma educação para todos, deixando claro que esta renovação pedagógica exige

que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno, e não o contrário, como vem acontecendo desde o princípio, o professor deve ser valorizado e sua opinião respeitada pois é ele que convive dia a dia com o aluno e sabe o que realmente deve ser feito para que se construa a escola que se deseja.

E no tocante a importância da arte, chamamos a atenção para o fato de que ela pode ser utilizada como instrumento de inclusão social, permitindo que se trabalhe além de conteúdos com outros aspectos relevantes na formação humana, tais como os princípios de afetividade, sensibilidade e expressão, viabilizando a possibilidade de exteriorização de seu mundo interior e de sua personalidade, o que facilita no processo de socialização.

Os resultados obtidos no presente artigo apontam de forma específica, que a inclusão se faz necessária, visto que partimos do princípio que todos pertencemos ao mesmo grupo social, as pessoas com necessidades especiais não vivem em um mundo isolado, como em casulos, devemos promover a metamorfose do processo inclusivo para que juntos possamos conviver de forma igualitária nesta sociedade.

As barreiras do preconceito e da segregação devem ser rompidas, cultivando a instauração de práticas que incentivem o convívio com pessoas de diferentes culturas, personalidades e singularidades, pois aí é que está a verdadeira troca de conhecimento, antes não oferecida nas escolas de Educação Especial, pois através desta troca é que se formam os vínculos de afetividade e respeito para com o próximo, princípios necessários para uma sociedade mais justa.

Acredito que a dimensão deste trabalho não seja suficiente para dar conta de todos os questionamentos que este assunto proporcione. Todavia, visto que o trabalho é focado em uma amostra, pode contribuir para um melhor esclarecimento de dúvidas mais frequentes que surgem no cotidiano escolar, visto a importância do papel do professor como mediador neste processo, possa auxiliá-lo a desenvolver, da melhor forma possível, seu exercício docente totalmente modificado, contribuindo para o sucesso de uma escola para todos.

Sendo assim, conclui-se que a relação construída entre a escola regular, o aluno com necessidades especiais e o professor, ainda é muito recente, deixando visível que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, diante as considerações levantadas no presente texto, reforçadas pelos relatos prestados por professores

que estão vivenciando este processo na prática, pode-se constatar que embora a ideia de uma educação que contemple a todos ainda está em fase de amadurecimento e que ainda existe muito trabalho a ser feito para que ela se concretize, é importante que os princípios de uma Educação Inclusiva sejam prezados, e que a escola demonstre interesse no seu sucesso, para que juntos possamos construir uma sociedade mais digna e justa para todos.

REFERENCIAS

- ALCÁRIAS, Joana. **O Menino Selvagem de Averyon**. Artigo. Disponível em: <http://www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/psicologia/psicologia_trabalhos/meninoselvagem.htm> Acesso em: 10 maio 2012.
- BARROS, Wanda Maria Braga; CAIADO, Kátia Regina M. **O aluno com deficiência no ensino médio, em sala de ensino regular na escola estadual paulista: desafios para a apropriação do conhecimento**. In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores/ UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 2007, São Paulo.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BOATO, Elvio Marcos. **A caminho de um ensino mais que especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Resolução CNE/CEB, n.2, 11 set, 2001.
- BRASIL, Lei n. 9.394. de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, n. 248, dez. 1996.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte – 5º a 8º séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A Inconsciência da alma Selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças**. Artigo. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacao-especial/escola-todas-criancas-424474.shtml>> Acesso em: 02 jun. 2012.
- CECCIM, Ricardo Burg. **Exclusão da alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental**. In: Educação & Exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Org. Carlos Skliar. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DUARTE JUNIOR, João Francisco. **A montanha e o videogame: escritos sobre educação**. São Paulo: Papyrus, 2011.
- DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Itinerário de uma crise: a modernidade**. Paraná: Ed da UFPR, 1997.
- DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O Sentido dos Sentidos**. Curitiba: Criar, 2001.

HOFFNAGEL, Judith Chamliiss. **A emergência de identidades na atividade discursiva falada e escrita.** In: Os múltiplos usos da língua. Org. Denilda Moura. Maceió: Edufal, 1999.

EIDELWEIN, M. P. **Pedagogia universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão.** Revista Educação Especial - Universidade Federal de Santa Maria, n. 26, p.50. Santa Maria: LAPEDOC/CE, 2008.

FERRANTI, Valéria. **A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michael. 1926-1984. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982) / Michael Foucault;** Tradução, Andréa Daher, Consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GLAT, Rosana (org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GONÇALVES, Jorge; PEIXOTO, Maria Alexandra. **O menino selvagem: Estudo do caso de uma criança selvagem retratado no filme "O menino selvagem" de François Truffaut.** Trabalho Acadêmico. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/cinema/dossier/meninoselvagem.pdf>> Acesso em: 25 de jun. de 2012.

JONTIEM, **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos.** Tailândia. 1993.

LEITE, Marli Quadros. **Norma na língua falada e na língua escrita.** In: Os múltiplos usos da língua. Org. Denilda Moura. Maceió: Edufal, 1999.

MACHADO, Adriana Marcondes. **Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva e Direitos Humanos na Escola.** São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Concelho Federal de Psicologia, 2005.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente: textos reunidos.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

RUTZ, Tais B. **Educação Inclusiva e Ensino de Arte, Percalços entre teoria e prática.** 2010. . 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação: Licenciatura em Artes Visuais) - Instituto de Artes Visuais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SANTIAGO, Ana Lydia. **A Inibição intelectual na psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SANTOS, Rosicler R.. **A Norma em Michel Foucault.** Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 26 de out. de 2007. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/4487/a_norma_em_michel_foucault > Acesso em: 26 de abr. de 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Artigo. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2012.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula.** Porto Alegre: Evangraf, 2007.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: Historia e Fundamentos.** Curitiba: IBPEX, 2010.

SKLIAR, Carlos. **Educação & Exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial.** Org. Carlos Skliar. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ANEXO A – Questionário

Questionário aplicado às três professoras:

Dados do Professor:

1. Nome, idade, Naturalidade:
2. Formação:
3. Instituição de Ensino:
4. Ano de Formação:
5. Tempo de Docência:
6. Trajetória Escolar (Por que tipo de Escolas Passou: Publica, Particular, Quantas):

Necessito da sinceridade de suas respostas, e para isso, deixo claro que em nenhum momento da monografia, tanto parte escrita como na apresentação, mencionarei o nome dos professores entrevistados ou detalhes que possam identificá-los, se isso não for de sua vontade.

É de sua vontade que eu mencione seu nome verdadeiro em minha monografia de conclusão de Especialização de Ensino e Percursos Poéticos –UFPEL/RS, Tanto no texto escrito como Verbalmente.

() Sim () Não

Assinatura

Pelotas, ___ / ___ / _____

Questionário:

1. Há quanto tempo você dá aula para alunos com necessidades especiais?
Atualmente, quantos alunos com NEE você trabalha?

2. Você teve algum preparo tanto pela Universidade como depois dela para trabalhar com esses alunos? Como foi esta preparação: Satisfatória, Regular, Insatisfatória. Justifique?
3. A escola onde você dá ou deu aula, oferece os subsídios necessários para que possa trabalhar com esses alunos?
4. Você necessita de algum material especial para trabalhar com eles ou você procura utilizar o mesmo material para todos?
5. De que estratégias você se utiliza quando não tem o material necessário para suas aulas?
6. Qual a sua opinião em relação ao fato de inserirem alunos com NEE em sala de aulas regulares? Pra você é a melhor solução a ser tomada pela educação?
7. Para você eles aprenderiam melhor em instituições especializadas que trabalham somente com eles, ou em sala de aula comuns junto com os demais alunos? (O “aprender” a que me refiro é tanto o didático como o social)
8. Você gosta de trabalhar com alunos com NEE em sala de aula? Justifique?
9. Cite algumas das experiências vividas em sala de aula mais significativas com esses alunos, tanto negativas como positivas.
10. Você acredita que estes alunos com NEE, de uma forma ou outra, trouxeram algum sentido para seu trabalho docente ou sua vida pessoal?